



Os autores, Suzana Kahn Ribeiro, professora do [Programa de Engenharia de Transportes](#), e André Felipe Simões e Carolina Burle Schmidt Dubeux, pesquisadores do [Programa de Planejamento Energético e Ambiental](#), todos da COPPE, alertam ainda que a localização privilegiada do aeroporto do Rio é o fator mais importante na dispersão de poluentes. “Fato é que não foi verificada uma significativa concentração de poluentes atmosféricos nas imediações e mesmo no interior do aeroporto”, afirmam. No caso de Congonhas, apontam que a dispersão não é tão favorecida quanto nos aeroportos do Rio. Além da localização, a qualidade do ar e o impacto na atmosfera dependem tanto da composição e do volume das emissões vindas de fontes internas e externas como dos mecanismos naturais de dispersão - ventos, variações de temperatura e graus de estabilidade meteorológica. Ou seja: a margem de erro, se comparada a poluição atmosférica do Santos Dumont e de Congonhas, pode ser alta.

De acordo com Ana Cristina, desde que a Infraero implantou o [Sistema de Gestão Ambiental](#) ela também começou a buscar convênios com universidades para avaliar ações operacionais que poderiam reduzir os impactos gerados pelo movimento interno dos aeroportos – uma vez que os externos são de responsabilidade das prefeituras. O próximo passo referente a Congonhas é a abertura de licitação para a produção do EIA-RIMA. Desde 2002 a Infraero conversa com a Secretaria do Verde sobre o licenciamento ambiental do aeroporto e recentemente chegaram a um consenso.

O problema, segundo a gerente de meio ambiente, é a falta de uma legislação específica para o licenciamento de aeroportos com foco nas suas características. Em dezembro de 2005 a secretaria pediu a Infraero um termo de referência que subsidiasse a elaboração do EIA-RIMA e, depois de revisões e pedidos de ajuste, o termo foi aprovado. Diagnósticos das áreas de influência diretas e indiretas, dentre eles a qualidade do ar, fazem parte do termo, assim como análises das fontes de emissões atmosféricas e a produção de um inventário que possibilite a aplicação de medidas compensatórias, como o seqüestro de carbono. As estimativas da Infraero são de que o processo de licitação dure de três a seis meses e, em seguida, a produção do EIA-RIMA leve de cinco a seis meses para ficar pronto.